

INTERSETORIALIDADE E DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Regina Célia Linhares Hostins
Adriana Cristina Fanton Mantovani*

Resumo

O estudo, de natureza teórica, resulta de revisão de literatura e tem como objetivo discutir a concepção e as aplicações do conceito de intersectorialidade nas pesquisas contemporâneas, no campo da educação e da educação especial. Trata-se do recorte de uma pesquisa mais ampla, subsidiado pela Fapesc¹, sobre paradigmas que orientam os princípios da intersectorialidade, nos debates sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034. Foram realizadas buscas nas bases de dados eletrônicas da BDTD, dos Periódicos CAPES e da SciELO, por publicações do período 2020 – 2024, com os temas: intersectorialidade, educação, educação especial e/ou educação inclusiva. Localizadas 91 referências, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão, que culminaram em onze estudos para análise. Os resultados identificam avanços paradigmáticos na concepção das políticas públicas, por incentivar a atuação em rede e a colaboração entre diferentes setores envolvidos na atenção e na garantia de direitos das pessoas com deficiência, notadamente na educação, na saúde e na assistência social.

Palavras-chave: intersectorialidade; educação; educação especial; educação inclusiva.

INTERSECTORIALITY AND THE RIGHT TO EDUCATION FOR PERSONS WITH DISABILITIES

Abstract

The study, of a theoretical nature, is the result of a literature review and aims to discuss the conception and applications of the concept of intersectorality in contemporary research within the field of education and special education. It is a segment of a broader research project, supported by Fapesc, focusing on the paradigms that guide the principles of intersectorality in the debates surrounding the National Education Plan 2024–2034. Searches were conducted in electronic databases such as BDTD, CAPES Journals, and SciELO, for publications from the period 2020–2024, using the keywords: intersectorality, education, special education, and/or inclusive education. A total of 91 studies were found, and after applying inclusion and exclusion criteria, 11 studies were selected for analysis. The results identify paradigm shifts in the conception of public policies by promoting network-based actions and collaboration among different sectors involved in ensuring the rights of people with disabilities, particularly in the areas of education, health, and social assistance.

Keywords: intersectorality; inclusive education; public policies; disability; educational rights.

1 Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina.

INTERSECTORIALIDADE E O DIREITO À EDUCAÇÃO DE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resumen

El estudio, de naturaleza teórica, resulta de una revisión de la literatura y tiene como objetivo discutir la concepción y las aplicaciones del concepto de intersectorialidad en investigaciones contemporáneas en el campo de la educación y la educación especial. Se trata de un recorte de una investigación más amplia, financiada por Fapesc, que aborda los paradigmas que orientan los principios de la intersectorialidad en los debates sobre el Plan Nacional de Educación 2024–2034. Se realizaron búsquedas en bases de datos electrónicas como BDTD, Periódicos CAPES y SciELO, por publicaciones del período 2020–2024, con los temas: intersectorialidad, educación, educación especial y/o educación inclusiva. Se localizaron 91 estudios y, tras aplicar criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 11 investigaciones para el análisis. Los resultados identifican avances paradigmáticos en la concepción de las políticas públicas al incentivar la actuación en red y la colaboración entre los distintos sectores involucrados en la atención y garantía de derechos de las personas con discapacidad, especialmente en los ámbitos de la educación, la salud y la asistencia social.

Palabras clave: intersectorialidad; educación inclusiva; políticas públicas; discapacidad; derecho a la educación.

INTRODUÇÃO

Este artigo de revisão de literatura reúne estudos e referências publicadas no período 2020 – 2024, que contemplem os seguintes temas: *intersectorialidade e direito à educação da pessoa com deficiência*. As discussões sobre políticas intersectoriais no campo da educação e da educação especial têm importante papel no cenário educacional contemporâneo, marcado por uma realidade cada vez mais cosmopolita. Esses temas foram evidenciados a partir de 2020 e assumiram maior relevância em 2024, com a publicação do documento final da Conferência Nacional da Educação (Conae-2024), que serve de base para a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (2024-2034).

A Conae destaca como essencial a articulação entre setores como educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e trabalho para a efetivação dos direitos humanos. Ao pensar a intersectorialidade como estratégia de ação integrada, reconhece-se a relevância de respostas educacionais que extrapolem os muros da escola, construídas a partir da colaboração entre múltiplos atores sociais e institucionais.

A abrangência da intersectorialidade no documento final da Conae-2024 está alinhada com a meta de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Essa abordagem reconhece que as demandas educacionais vão além da sala de aula e requerem uma colaboração efetiva entre diferentes áreas para proporcionar suporte adequado. A estratégia é necessária para promover uma educação mais inclusiva e equitativa, especialmente no contexto da educação especial. Ela representa uma oportunidade para alinhar esforços e políticas em direção a um sistema educacional mais integrado.

Este artigo busca, portanto, mapear e discutir como a intersectorialidade tem sido compreendida e aplicada na produção científica recente. A partir disso, pretende-se contribuir para o fortalecimento de políticas públicas nas demandas do direito à educação da pessoa com deficiência e na justiça social.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza teórica com base em revisão de literatura, cuja seleção dos trabalhos ocorreu mediante buscas nas bases de dados eletrônicas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos CAPES) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Em maio de 2024, com o intuito de encontrar pesquisas relacionadas à temática em questão, foram utilizados os seguintes descritores como critério de busca: intersectorialidade, educação, educação especial e/ou educação inclusiva. Esses termos foram combinados, utilizando os operadores booleanos AND e OR (entre os termos) para formar a *string* de busca. A consulta foi realizada a partir dos seguintes critérios de inclusão: a) estudos que abordassem o tema intersectorialidade, educação, educação especial e/ou educação inclusiva e b) estudos vinculados à área temática de Ciências Humanas c) estudos avaliados por pares. d) estudos completos. A escolha do início da limitação temporal ocorreu em virtude da publicação do Decreto n. 11.697, de 11 de setembro de 2023, que convoca em caráter extraordinário a Conae edição 2024, realizada na cidade de Brasília, com o tema: Plano Nacional de Educação, decênio (2024-2034) – política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável.

A tabela 1 identifica o número de trabalhos encontrados e selecionados nas diferentes bases consultadas:

Tabela 1 – Número de pesquisas encontradas nas diferentes bases de dados

Base de dados	Total de pesquisas encontradas	Pesquisas excluídas	Pesquisas selecionadas para revisão de literatura
BDTD	67	62	05
Periódicos CAPES	11	07	04
SciELO	13	11	02
Total	91	80	11

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos dados coligidos (2024).

Foram encontrados 91 estudos, excluídos 80 por não articularem a intersectorialidade à Educação Especial ou à Educação Inclusiva (critério de exclusão) e analisados, ao final, onze estudos (tabela 2). A análise resultou em quatro categorias temáticas: intersectorialidade e educação infantil, intersectorialidade e inclusão, intersectorialidade e ensino, e intersectorialidade e conceito. Essas permitiram compreender não apenas os avanços no campo, mas também os desafios práticos para a consolidação de uma atuação em rede voltada à inclusão escolar.

Tabela 2 – Revisão de literatura: categorias, títulos e referências

Categorias	Referência
Intersectorialidade e educação infantil	MENDES, Polyanna Nascimento. <i>Cuidado e Intersectorialidade nos Estudos sobre a Primeira Infância: uma revisão integrativa</i> . 103 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. VELOSO, Roberta Regina Chaves. <i>A implementação de políticas intersectoriais para a educação de crianças de 0 a 3 anos no município de Piraquara</i> . 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

Categorias	Referência
Intersetorialidade e inclusão	<p>FONSECA, Julinete Vieira da. <i>Diálogos intersetoriais para a promoção da inclusão educacional e o desenvolvimento das crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus</i>. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento <i>et al.</i> Políticas educacionais inclusivas e a intersetorialidade com as políticas sociais: interfaces Brasil/Canadá. <i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i>, Araraquara, 2020.</p> <p>NACINOVIC, Rafaela do Carmo Pacheco; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Interdisciplinaridade e espaços dialógicos na educação inclusiva: encontros possíveis entre educação e saúde. <i>Imagens da Educação</i>, Maringá, PR, 2020.</p> <p>PLETSCH, Márcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; MENDES, Geovana Lunardi. A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. <i>Revista Teias</i>, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>PRYCHODCO, Robson Celestino. <i>Influência dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas concepções e práticas de intervenção direcionadas à inclusão escolar</i>. Tese (Doutorado em Ciências da Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.</p> <p>RIGOLETTI, Vanessa Calciolari. <i>Programa de ensino intersetorial colaborativo: participação e inclusão escolar do aluno da educação especial</i>. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.</p> <p>SOUZA, Izabel Cristina de; OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de; PAIVA, Luciana Rocha Angrizani. O papel de agentes escolares na intersetorialidade das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva. <i>Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional</i>, Santa Maria, 2022.</p>
Intersetorialidade e ensino	<p>SILVA, Lenir Nascimento da <i>et al.</i> Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. <i>Cadernos de Saúde Pública</i>, Rio de Janeiro, 2022.</p>
Intersetorialidade e conceito	<p>MALVEZZI, Cilene Despontin; NASCIMENTO, Juliana Luporini do. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersetorialidade nas políticas públicas. <i>Interface-Comunicação, Saúde, Educação</i>, Botucatu, 2020.</p>

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos dados coligidos (2024).

A revisão de literatura tem um papel crucial ao reunir as pesquisas e as evidências científicas mais relevantes sobre o assunto em questão, especialmente aquelas que se dedicam à intersetorialidade e ao direito à educação da pessoa com deficiência. Ao analisarmos os artigos selecionados para revisão, foi possível identificar as principais tendências, descobertas e lacunas existentes na área. Na sequência, apresentamos os estudos selecionados e suas categorias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresenta-se neste item os principais resultados e as discussões sobre o tema. Busca-se, assim, evidenciar as concepções, os programas e as ações analisadas e discutidas na perspectiva da intersetorialidade e suas interfaces com as políticas educacionais. Durante a pesquisa sobressaíram-se quatro categorias, a saber: intersetorialidade e educação infantil; intersetorialidade e inclusão; intersetorialidade e ensino; e o conceito de intersetorialidade.

Intersetorialidade e educação infantil

Nos estudos de Mendes (2022) e Veloso (2021), a intersetorialidade é considerada estratégia para garantir o cuidado integral das crianças. Considera-se a relevância das ações de saúde e de

educação para estabelecer um cuidado democrático e equitativo na atenção aos direitos das crianças. Destaca-se também a intersectorialidade como um meio de integração entre os setores para o enfrentamento de problemas, como a pobreza e as desigualdades sociais, incluindo o acesso à creche.

Na tabela 3, apresentam-se as referências bibliográficas e o objetivo geral dos trabalhos encontrados sobre esta categoria.

Tabela 3 – Revisão de literatura: categoria intersectorialidade e educação infantil

n.	Referência	Objetivo geral
1	MENDES, Polyanna Nascimento. Cuidado e <i>Intersectorialidade nos Estudos sobre a Primeira Infância: uma revisão integrativa</i> . 103 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.	Analisar as concepções abordadas na literatura nacional sobre intersectorialidade e o cuidado na primeira infância, a partir do Marco Legal da Primeira Infância.
2	VELOSO, Roberta Regina Chaves. <i>A implementação de políticas intersectoriais para a educação de crianças de 0 a 3 anos no município de Piraquara</i> . 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.	Analisar o acesso à creche a partir da percepção de implementadores do Programa Brasil Carinhoso no município de Piraquara – PR.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados coligidos (2024).

Os estudos, buscam compreender a relação entre o governo federal e o ente local na implementação da política, e a relação dos setores para a promoção da intersectorialidade das políticas públicas, com aporte dos estudos em educação. Nas dissertações, evidencia-se que a intersectorialidade pode ser considerada um meio de integração para o enfrentamento de problemas complexos, como a pobreza e as desigualdades sociais:

[...] a intersectorialidade surge como uma demanda dos intensos e acentuados problemas causados pelas desigualdades sociais e que exigem uma ação factual do Estado e seus agentes, para que seja possível formular e implementar políticas públicas que atuem na diminuição das desigualdades e na redução da pobreza. (Velo, 2021, p. 61).

A autora ressalta que a intersectorialidade se torna um conceito necessário para a promoção da educação inclusiva. Seu estudo evidencia a necessidade de uma articulação efetiva entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social. Para Velo (2021, p. 64), “[...] a intersectorialidade surge como uma resposta para problemas sociais complexos, por isso, se caracteriza como um desafio robusto, que precisa de ação coletiva e a atuação de vários atores e setores”. Considera-se essa articulação como um meio de integrar os serviços e criar um modelo de atendimento que atenda de forma mais completa as necessidades das crianças.

Ambos os estudos apresentam metodologias qualitativas, pautadas em análises de documentos, dados de matrículas e entrevistas semiestruturadas (Velo, 2021) e revisão integrativa de literatura (Mendes, 2022). Este último levantou publicações sobre: intersectorialidade; cuidado; primeira infância; desenvolvimento infantil; e creche.

Os trabalhos mostram que, constitucionalmente, atribui-se o cuidado das crianças à responsabilidade compartilhada da família, da sociedade e do Estado, porém há uma lacuna de conhecimento sobre ações de cuidados intersetoriais nessa fase da vida. Para tanto, Mendes considera que: “Um dos desafios da efetivação da intersetorialidade encontra-se justamente na tentativa de articular diferentes concepções e relações de poder que se constroem nas práticas sociais e nas ações administrativas” (Mendes, 2022, p. 33).

A dissertação de Mendes (2022) aborda conceitos relacionados ao cuidado e à intersetorialidade na primeira infância, enfatizando sua polissemia e as diferentes dimensões que esta abrange, do ponto de vista ético, social e cultural. A autora destaca que:

[...] entendimento do papel social das ações de saúde e da educação de crianças pequenas para o cuidado, buscando entender como necessariamente guardam relações com essas concepções. E, por último, seguindo os aspectos da complexidade do cuidado na primeira infância, busco elucidar a existência de interdependências fundamentais do ser humano e, portanto, a importância da intersetorialidade no cuidado para a primeira infância (Mendes, 2022, p. 22).

Desta forma, como menciona Mendes (2022), a intersetorialidade pode ser vista como estratégia para garantir o cuidado das crianças com a colaboração dos diferentes setores da saúde e da educação. Buscou-se analisar nesses trabalhos as concepções abordadas na literatura nacional sobre intersetorialidade direcionada para a infância, apesar da ambiguidade e complexidade do tema e dos poucos resultados práticos na relação entre saúde e educação.

Intersetorialidade e inclusão

Nesta categoria, situam-se sete estudos que apresentam questões relevantes sobre intersetorialidade e a sua manifestação para a inclusão das pessoas com deficiência – considerando-se que as políticas públicas voltadas para este público buscam a garantia de seus direitos à educação.

Na tabela 4, apresentam-se as referências bibliográficas dos estudos analisados, acompanhadas de seus objetivos gerais.

Tabela 4 – Revisão de literatura: categoria intersetorialidade e inclusão

n.	Referência	Objetivo geral
1	FONSECA, Julinete Vieira da. <i>Diálogos intersetoriais para a promoção da inclusão educacional e o desenvolvimento das crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus</i> . Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.	Analisar as concepções da intersetorialidade a partir dos discursos dos profissionais que atuam no campo da educação, da saúde e da assistência social, no Município de Duque de Caxias, no que se refere ao atendimento e à inclusão de crianças com síndrome congênita associada ao zika vírus.
2	PRYCHODCO, Robson Celestino. <i>Influência dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas concepções e práticas de intervenção direcionadas à inclusão escolar</i> . Tese (Doutorado em Ciências da Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.	Caracterizar influências dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas concepções e práticas de intervenção direcionadas à inclusão escolar no contexto brasileiro (município de Campinas) e português (municípios de Vila Nova de Gaia e Porto).

3	RIGOLETTI, Vanessa Calciolari. <i>Programa de ensino intersetorial colaborativo: participação e inclusão escolar do aluno da educação especial. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.</i>	Identificar e analisar as etapas construídas durante a implementação de um programa de ensino como apoio à participação e inclusão escolar de alunos PAEE.
4	NACINOVIC, Rafaela do Carmo Pacheco; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. <i>Interdisciplinaridade e espaços dialógicos na educação inclusiva: encontros possíveis entre educação e saúde. Imagens da Educação, Maringá, PR, 2020.</i>	Analisar, a partir do prisma da interdisciplinaridade na educação inclusiva, as possibilidades de articulação dialógica para a superação da hegemonia da medicina sobre a educação especial.
5	SOUZA, Izabel Cristina de; OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de; PAIVA, Luciana Rocha Angrizani. <i>O papel de agentes escolares na intersetorialidade das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva. Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional, Santa Maria, 2022.</i>	Discutir a articulação entre distintos aparelhos públicos para garantir o atendimento a alunos com deficiência em duas escolas públicas de Queimados/RJ
6	GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento <i>et al.</i> <i>Políticas educacionais inclusivas e a intersetorialidade com as políticas sociais: interfaces Brasil/Canadá. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, 2020.</i>	Analisar as políticas educacionais inclusivas e a intersetorialidade com as políticas sociais, em uma perspectiva comparada, em dois países: Brasil e Canadá.
7	PLETSCH, Márcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; MENDES, Geovana Lunardi. <i>A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. Revista Teias, Rio de Janeiro, 2021.</i>	Discutir a importância da intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva de crianças com deficiência múltipla, e o papel da escola pública nesse processo.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados coligidos (2024).

Os estudos analisados revelam a convergência de diálogos entre intersetorialidade e inclusão, com articulação entre as áreas da educação, saúde e assistência social. Discutem a relevância de uma coordenação intersetorial na construção de políticas. Neste sentido, Givigi (2020, p. 6) destaca que “[...] a intersetorialidade dos serviços faz parte das políticas do Estado, que irá determinar como as partes dos sistemas vão funcionar e a necessidade de cada sistema”.

Fonseca (2021) conduz suas discussões para o campo das narrativas dos profissionais. A autora analisa as concepções acerca da intersetorialidade a partir dos discursos dos profissionais que atuam no campo da educação, da saúde e da assistência social, no que se refere ao atendimento e inclusão de crianças com síndrome congênita associada ao Zika vírus no município de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. O estudo utilizou metodologia qualitativa, com entrevista individual semiestruturada com profissionais que atuam na rede pública municipal de educação, da saúde e da assistência social.

Os dados da investigação apontam que a intersectorialidade tem se fortalecido nos documentos oficiais que norteiam as políticas de educação inclusiva. Além disso, existe uma preocupação real das profissionais entrevistadas em promover essa integração, ainda que ela se apresente frágil em termos práticos. A partir dos dados, reconheceu-se que a intersectorialidade é um importante mecanismo de articulação, potencializando as ações entre os setores para efetivar a inclusão educacional e social. Fonseca (2021) destaca que a escola é protagonista na articulação do diálogo intersectorial direcionado para a garantia do atendimento integral das crianças com deficiência.

As teses de Prychodco (2020) e Rigoletti (2023) atentam para a importância da atuação intersectorial colaborativa, como eixo estruturante para a efetivação da inclusão escolar de alunos público da educação especial. No primeiro estudo, de caráter comparativo internacional, Prychodco (2020) analisa as influências dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas práticas de inclusão, e ressalta a necessidade de reconfiguração das atitudes profissionais e políticas públicas. Rigoletti (2023), por sua vez, demonstra, por meio de um estudo de caso em uma escola brasileira, como a construção coletiva de um programa de ensino – envolvendo profissionais da educação, da saúde e a família – pode favorecer o acesso, a participação e a permanência do aluno com deficiência na escola.

A pesquisa de Prychodco (2020) segue uma metodologia qualitativa, com recorte transversal, baseando-se em entrevistas com professoras de educação especial em Portugal e no Brasil. Analisa as influências dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas concepções e práticas de inclusão escolar. Os resultados revelam ambiguidades na compreensão do conceito de inclusão, marcado por uma transição: de um foco exclusivo na deficiência, passou-se a uma abordagem mais ampla, voltada a todos os alunos. A pesquisa destaca o trabalho intersectorial como ferramenta estratégica para o enfrentamento das barreiras à participação e aprendizagem. Aponta também que avanços significativos na inclusão dependem de mudanças estruturais nas políticas públicas e de uma transformação nas atitudes e práticas dos profissionais envolvidos.

A inclusão se volta para o respeito à diversidade e para a redução das barreiras à aprendizagem e participação de cada aluno, especialmente daqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade que os tornem suscetíveis a processos de exclusão dentro e fora da escola. (Prychodco, 2020, p.44).

Conclui-se que a elaboração e a implementação de um programa de ensino precisam ser realizadas por uma equipe com objetivos em comum, e deve ter procedimentos que afirmam e norteiam as práticas pedagógicas para uma proposta inclusiva.

O estudo de Rigoletti (2023), de natureza qualitativa e documental, analisou a implementação de um programa de apoio à participação de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), público-alvo da educação especial (PAEE), em uma escola privada do interior paulista. A pesquisa envolveu equipe pedagógica, profissionais da saúde e a família do aluno, destacando a importância da atuação intersectorial colaborativa. O estudo ressalta a necessidade de formação docente contínua e de pesquisas que ampliem as possibilidades de ensino para diferentes perfis de alunos PAEE.

Os trabalhos destacam a atuação intersectorial colaborativa como eixo estruturante para a efetivação da inclusão escolar de alunos que são o público da educação especial. Ambas as teses enfatizam que a inclusão escolar não se realiza de forma isolada: exigem equipes multidisciplinares,

planejamento pedagógico alinhado às necessidades dos alunos e ambiente institucional comprometido com a diversidade e a equidade.

Embora nos dois contextos tenham sido referidas tensões e constrangimentos acerca do trabalho intersetorial, as participantes ressaltaram os ganhos com a realização da inclusão nessa perspectiva. Os resultados indicam que, quando há articulação entre setores e intencionalidade nas ações, é possível romper com lógicas excludentes e promover trajetórias educacionais significativas.

Partindo desses dados, pode-se perceber que a inclusão requer ampliar a capacidade de resposta das escolas e de seus sistemas que, por meio da identificação de parceiros de trabalho e das situações vivenciadas, podem mobilizar os recursos necessários para encontrar meios de reduzir o impacto das barreiras e restrições impostas pelo meio social.

Rigoletti (2023) afirma que:

A ação conjunta é essencial para a construção de uma educação inclusiva. Ao considerar essa união de profissionais trabalhando em posições diferentes faz-se necessário pensar nas etapas, nos passos, no processo, o que ensinar, como ensinar e quais recursos e estratégias utilizar nesta condição que possam favorecer a prática pedagógica do professor. (p. 30).

Contudo, o avanço dos processos inclusivos passa por mudanças nas políticas públicas de diversos setores, como saúde e educação. E, principalmente, pela forma como sociedade e profissionais destas áreas, entre outras, vivenciam a diversidade e a diferença – o que repercute nas formas de trabalho e nas atitudes direcionadas à inclusão na escola.

Mesmo que os problemas se manifestem especificamente em determinados setores, as soluções, quase sempre, dependem de ações conjuntas, englobando diversas políticas. Assim sendo:

Uma equipe pedagógica com a colaboração de profissionais da Educação, Saúde e familiares pode ter uma compreensão mais completa das especificidades e necessidades dos alunos, incluindo aqueles com deficiências, altas habilidades, superdotação e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), e oferecer um atendimento adequado na escola (Rigoletti, 2023, p. 23).

Os artigos analisados de Nacinovic e Rodrigues (2020); Souza, Oliveira e Paiva (2022); e Givini *et al.* (2020) abordam a interrelação entre as áreas de saúde, educação e assistência social, tendo como objetivo a inclusão das pessoas com deficiência, ancorada em práticas intersetoriais, e sob diferentes enfoques metodológicos e contextuais. Seus objetivos convergem ao buscar compreender e fortalecer os processos de articulação entre setores e agentes envolvidos na garantia do direito à educação.

A pesquisa de Nacinovic e Rodrigues (2020), analisa a educação inclusiva com a possibilidade de articulação, superando a hegemonia da medicina sobre a educação especial. Exalta que os conceitos relevantes na organização da educação inclusiva são: a intersetorialidade nas ações e o caráter transversal da educação especial. A metodologia utilizada na pesquisa está baseada na cartografia de Deleuze e Guattari (2011), tendo como proposta acompanhar processos narrativos e intervenções, partindo de experiências no campo da educação.

Nesse sentido, as autoras afirmam:

A intersetorialidade, portanto, não se traduz como simples comunicação entre os profissionais envolvidos, a fim de passar casos, fazer encaminhamentos e acolher demandas de outros serviços; exercícios perigosos e que favorecem a desresponsabilização e o aparecimento de posturas medicalizantes. Ao contrário

disso, é necessário um verdadeiro diálogo no qual vozes são ouvidas, angústias partilhadas, desafios reconhecidos e caminhos trilhados. A busca aqui é pela aproximação com o sujeito e pela possibilidade de acolhimento de sua singularidade, especialmente na escola (Nacinovic, Rodrigues, 2020, p. 99).

Considera-se, nesse trabalho, a intersetorialidade como uma estratégia que deve envolver diferentes setores – no caso, especificamente, a educação, saúde e assistência social – para alcançar objetivos comuns para o público da educação especial.

Os estudos de Souza, Oliveira e Paiva (2022) e Givini *et al.* (2020) destacam que as políticas públicas para pessoas com deficiência atuam como um importante avanço na garantia de direitos à educação. A articulação entre os segmentos da educação, saúde e assistência social torna a intersetorialidade um conceito favorecedor no processo de implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência. A metodologia utilizada no estudo de Souza, Oliveira e Paiva (2022) é de natureza qualitativa: por meio de entrevistas e análise documental, investiga-se como os agentes escolares articulam redes de apoio em contextos em que a coordenação intersetorial ainda é ausente, revelando a centralidade desses profissionais no cotidiano da implementação das políticas.

Já o estudo de Givini *et al.* (2020) emprega a metodologia da educação comparada, com análise documental, evidenciando que, enquanto o Brasil enfrenta retrocessos nas políticas inclusivas e sociais, o Canadá mantém um compromisso contínuo com políticas integradas, mesmo diante de desafios econômicos.

Em conjunto, essas pesquisas propõem que a efetividade da inclusão depende tanto da articulação entre setores, como da atuação de agentes comprometidos com a justiça social e com práticas pedagógicas contextualizadas – para garantir equidade, participação e aprendizagem significativa para todos. As pesquisas analisadas convergem ao apontar caminhos estratégicos e desafios concretos para a consolidação da educação inclusiva, tendo a intersetorialidade como eixo central.

No estudo de Pletsch, Sá e Mendes (2021), que teve como objetivo discutir a importância da intersetorialidade entre os setores da educação, saúde e assistência social para a promoção da educação inclusiva de crianças com deficiência múltipla, ressalta-se o papel central da escola pública nesse processo. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação, assistência social e saúde, em cinco municípios do estado do Rio de Janeiro. O foco é nos desafios e nas possibilidades das ações intersetoriais para o desenvolvimento integral das crianças. Deste modo, aponta-se:

[...]a intersetorialidade é compreendida como uma relação entre uma ou várias partes de setores que tenham se organizado para atuar em um tema, com vistas a atingir resultados de uma maneira mais efetiva e sustentável do que poderia alcançar um setor agindo por si só (Pletsch, Sá, Mendes, 2021, p. 14).

A pesquisa revela que existe uma preocupação dos gestores em promover ações intersetoriais para atender crianças com deficiência, entretanto, para a efetivação dessas ações de forma articulada, faltam diretrizes claras, recursos humanos e estruturas sistematizadas.

Os dados apresentados no artigo de Pletsch, Sá e Mendes (2021), reforçam o conceito de intersetorialidade como uma estratégia para a efetivação da educação inclusiva, no contexto da escola pública. Este se trata de um espaço propício para promover a articulação entre os setores, em ações voltadas ao desenvolvimento das crianças com deficiência. A pesquisa também

evidenciou, no entanto, fragilidades como a falta de diretrizes, a escassez de recursos humanos e a descontinuidade de ações intersetoriais. Fortalecer ações intersetoriais, portanto, significa, ampliar a capacidade de resposta das políticas públicas, potencializando assim a inclusão escolar e contribuição para a justiça social e equidade no atendimento às necessidades dos mais vulneráveis.

Dos trabalhos citados se conclui, então, que o conceito de intersetorialidade se configura como um eixo estratégico, quando se trata do atendimento a crianças com deficiência. Apesar de os estudos analisados apontarem avanços conceituais, ainda existem desafios significativos relacionados à falta de clareza nas diretrizes, formação adequada, continuidade das ações e articulação efetiva entre os setores. A escola pública, nesse contexto, mostra-se como espaço privilegiado de articulação, assumindo papel relevante na promoção da inclusão e no diálogo com a saúde e a assistência social. É necessário, portanto, ir além da comunicação entre os serviços: a aplicabilidade da intersetorialidade depende não apenas de políticas públicas integradas, mas também da formação de profissionais comprometidos com práticas inclusivas, da valorização da diversidade e da construção de respostas educacionais justas e equitativas.

Intersectorialidade e ensino

Nesta categoria, selecionamos o estudo de Silva (2022), cujo objetivo situa-se na tabela 5:

Tabela 5 – Revisão de literatura: categoria intersectorialidade e ensino

n.	Referência	Objetivo Geral
1	SILVA, Lenir Nascimento da <i>et al.</i> Desafios à intersectorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , Rio de Janeiro, 2022.	Identificar e discutir fatores que dificultam a articulação interprofissional e intersectorial.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados coligidos (2024).

O estudo de Silva *et al.* (2024) utiliza como metodologia a pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e a análise das respostas na perspectiva construtivista. Profissionais que atendem crianças com deficiência foram os sujeitos de pesquisa. Utilizou-se também legislações e artigos científicos sobre a intersectorialidade.

O resultado do estudo em questão apresentou que:

[...] identificados três pilares que sustentam os limites à intersectorialidade, a partir das narrativas das interlocutoras desta pesquisa: a sobrecarga de trabalho individual e coletiva; a dificuldade de engajamento de outros atores da rede; e a falta de conhecimento para lidar com as complexas demandas das crianças com deficiência (Silva *et al.*, 2022, p. 8).

Além disso, o estudo revela que, apesar das diretrizes normativas que promovem a intersectorialidade entre os setores da educação, saúde e assistência social, sua aplicabilidade e implementação enfrenta entraves. Limitam o serviço: a sobrecarga de trabalho individual e coletivo das profissionais da educação; dificuldade de articulação de outros atores da rede; e a falta de conhecimento específico. São obstáculos ainda mais ampliados pela falta de articulação institucional, pela comunicação insuficiente entre os setores e pela a carência de dispositivos que promovam o trabalho colaborativo.

Para Silva *et al.* (2022):

No campo das políticas públicas, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade são consideradas dispositivos de melhoria do cuidado e da qualidade de vida das pessoas com deficiência. São vistas, ainda, como estratégia para atuar contra desigualdades e processos de exclusão. Porém, entre as dificuldades de suas concretizações está justamente a efetivação das relações de colaboração entre distintos profissionais, instituições e setores (Silva et al., 2022, p. 2).

Na prática, essa percepção aponta de que encaminhamentos isolados, sem integração real entre os serviços, transfere responsabilidades da lógica setorial aos profissionais da educação. Estes, por sua vez, ultrapassam suas atribuições, gerando assim o sentimento de impotência, esgotamento e precarização das condições de trabalho.

Conceito de intersetorialidade

Na última categoria selecionada, com base nos estudos, encontra-se o artigo de Malvezzi e Nascimento (2020), cujo objetivo situa-se na tabela 6:

Tabela 6 – Revisão de literatura: categoria intersetorialidade e conceito

nº	Referência	Objetivo Geral
1	MALVEZZI, Cilene Despontin; NASCIMENTO, Juliana Luporini do. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersetorialidade nas políticas públicas. <i>Interface-Comunicação, Saúde, Educação</i> , Botucatu, 2020.	Apresentar uma estratégia metodológica que permita descrever e analisar as redes intersetoriais, os atores-rede envolvidos, o fluxo das associações, os consensos e as controvérsias que permeiam as relações e os elementos capazes de influenciar as políticas públicas e as transformações sociais.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados coligidos (2024).

O artigo de Malvezzi e Nascimento (2020) propõe uma estratégia para descrever e analisar redes intersetoriais nas políticas públicas, centrando-se nos diferentes atores da rede. A partir de conceitos da teoria ator-rede (TAR), o estudo, sob uma perspectiva inclusiva, contribui para o conhecimento e as implicações da intersetorialidade como um conceito potencializador da inclusão.

A questão da rede, como nos esclarecem Malvezzi e Nascimento (2020, p. 4), atua:

[...] como princípio ou modelo político: Em um sentido complementar, a ideia de rede pode ser assumida como um modelo ou um princípio político de organização estatal para gerir políticas públicas sociais, dada a complexidade dos problemas, a escassez de recursos e a multiplicidade de atores envolvidos. Pode também se apresentar como uma possibilidade de rompimento com um modelo centralizador e hierárquico, abrindo-se para práticas cooperativas entre os setores públicos, privados e a sociedade civil.

O artigo oferece uma contribuição metodológica e teórica, propondo a teoria ator-rede como conceito para compreender e intervir nas redes intersetoriais, ampliando o olhar sobre os modos de produção e articulação das políticas públicas.

Os resultados obtidos na revisão da literatura aqui realizada revelaram pesquisas que abordam diferentes aspectos e perspectivas. Os estudos discutidos trazem com clareza a

importância e a complexidade da intersetorialidade, estratégia que demanda a integração de diferentes setores e atores, a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos essenciais para enfrentar os desafios da inclusão das pessoas com deficiência, gerando mudanças positivas na sociedade. Identifica-se, também, a aplicabilidade e as limitações da intersetorialidade, bem como sua capacidade de gerar oportunidades de melhorias e inovações.

É pulsante a importância de aprofundar o conhecimento existente e explorar novos caminhos e conceitos, avançando na compreensão e na resolução dos desafios apresentados. Diante disso, conclui-se que há espaço para futuras investigações e intervenções, e que a colaboração entre pesquisadores e profissionais de diversas áreas é fundamental para o avanço no desenvolvimento de soluções eficazes e impactantes na educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi discutir a produção científica sobre intersetorialidade e direito à educação da pessoa com deficiência, nos últimos quatro anos. A revisão de literatura revelou avanços importantes, especialmente no reconhecimento da intersetorialidade como estratégia necessária para enfrentar a complexidade das demandas da educação especial.

As pesquisas indicam que a intersetorialidade demanda diálogo real, articulação entre setores e corresponsabilidade entre profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social. No entanto, ainda há desafios significativos, como ausência de diretrizes claras, descontinuidade de ações e escassez de recursos. A escola pública aparece como espaço privilegiado de articulação, mas precisa de suporte institucional adequado.

A intersetorialidade, mais do que uma diretriz técnica, é uma proposta política de justiça social. Promover sua efetivação é reconhecer a diversidade como princípio e construir coletivamente práticas educativas inclusivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. *Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024: Plano Nacional de Educação 2024–2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável*. Brasília, DF: MEC/FNE, 2024. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/CONAE%202024%20-%20Documento%20Final%20-%202026-02-2024%20%281%29.pdf>. Acesso em 10 maio 2024.

BRASIL. *Decreto n. 11.697, de 11 de setembro de 2023*. Convoca, em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação - Conae, edição 2024, a ser realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, 2023. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11697.htm. Acesso em 14 abr. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. v. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1995. Disponível em <https://rebeldesistematico.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/10/deleuze-guattari-f-mil-platos-capitalismo-e-esquizofrenia-vol-2.pdf>. Acesso em 25 maio 2024.

FONSECA, Julinete Vieira da. *Diálogos intersetoriais para a promoção da inclusão educacional e o desenvolvimento das crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível

<https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/13132/3/2021%20-%20Julinete%20Vieira%20da%20Fonseca.pdf>. Acesso em 20 abr. 2024.

GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento et al. Políticas educacionais inclusivas e a intersectorialidade com as políticas sociais: interfaces Brasil/Canadá. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. esp3, p. 2240-2259, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp3.14429. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14429>. Acesso em 13 abr. 2024.

MALVEZZI, Cilene Despontin; NASCIMENTO, Juliana Luporini do. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersectorialidade nas políticas públicas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 24, p. e190341, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/Interface.190341>. Acesso em 10 maio 2024.

MENDES, Polyanna Nascimento. *Cuidado e Intersectorialidade nos Estudos sobre a Primeira Infância: uma revisão integrativa*. 103 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/90cf787e-8c58-4954-a4ed-e14d90b969cd/content>. Acesso em 07 maio 2024.

NACINOVIC, Rafaela do Carmo Pacheco; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Interdisciplinaridade e espaços dialógicos na educação inclusiva: encontros possíveis entre educação e saúde. *Imagens da Educação*, Maringá, PR, v. 10, n. 2, p. 92-103, mai./ago. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v10i2.51232>. Acesso em 05 maio 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; MENDES, Geovana Lunardi. A favor da escola pública: a intersectorialidade como premissa para a educação inclusiva. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 11-26, jul./set. 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/58619>.

Acesso em 15 maio 2024.

PRYCHODCO, Robson Celestino. Influência dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas concepções e práticas de intervenção direcionadas à inclusão escolar. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/128498>. Acesso em 12 maio 2024

RIGOLETTI, Vanessa Calciolari. *Programa de ensino intersectorial colaborativo: participação e inclusão escolar do aluno da educação especial*. 274 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/50594cf4-ca60-43f3-8a14-bd1fe8bc8e88/content>. Acesso em 10 maio 2024.

SILVA, Lenir Nascimento da et al. Desafios à intersectorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 8, e00256021, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/PTNfzRkK96vDzfxjXddzbKt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 1 maio 2024.

SOUZA, Izabel Cristina de; OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de; PAIVA, Luciana Rocha Angrizani. O papel de agentes escolares na intersectorialidade das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v. 11, n. 20, p. 1-23, 2022. Disponível em <https://dx.doi.org/10.5902/2318133869022>. Acesso em 27 maio 2024.

VELOSO, Roberta Regina Chaves. *A implementação de políticas intersetoriais para a educação de crianças de 0 a 3 anos no município de Piraquara*. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/80328>. Acesso em 25 maio 2024.

Submetido em abril de 2025
Aprovado em julho de 2025

Informações das autoras

Regina Célia Linhares Hostins
Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: reginalh@univali.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8676-2804>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3614416302948755>

Adriana Cristina Fanton Mantovani
Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: adri_crismantovani@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7172-8312>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8480913355816845>